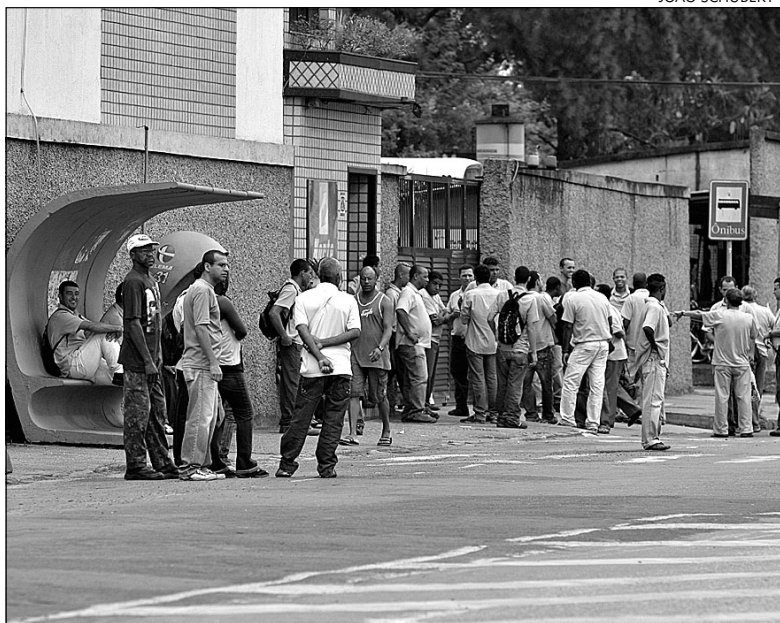




JOÃO SCHUBERT



• Pela manhã, motoristas se reuniram nas garagens das empresas

LUIZ CARLOS DUARTE



• No início da noite, população ainda esperava pelos ônibus nos pontos

Astransp vai entrar com ação

• Associação das Empresas diz que medidas tomadas pelos grevistas foram abusivas, desrespeitando a lei

A Associação Profissional das Empresas de Transporte de Passageiros de Juiz de Fora (Astransp) afirmou que entrará, ainda hoje, com ação cível no Ministério Público do Trabalho contra o Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário de Juiz de Fora (Sinttro-JF). A Astransp considerou as medidas tomadas pelo movimento grevista, na tarde de ontem, abusivas, ao desrespeitarem a lei de greve.

De acordo com a Associação, na manhã de ontem, pelo menos 50% dos ônibus atendiam à população. No entanto, por volta das 13h, o serviço teria sido paralisado por completo, contrariando determinação

de que, pelo menos, 30% das atividades consideradas básicas sejam mantidas em caso de greve.

Por outro lado, a Secretaria de Transporte e Trânsito (Settra) afirmou, através de sua assessoria, que a paralisação estava sendo monitorada a fim de assegurar que a população não fosse prejudicada, e reconheceu que a categoria mantinha o funcionamento mínimo do serviço previsto em lei.

REIVINDICAÇÕES

Motoristas e cobradores reivindicam reajuste salarial de 11,86%, redução da jornada de trabalho, tíquete alimentação no valor de R\$ 170 e seguro de vida. Em entrevista coletiva na manhã de ontem, o presidente da Astransp, Fernando Goretti, admitiu que as empresas não têm condições de garantir a data-base caso o aumento salarial seja concedido. A Associação mantém a oferta de plano de saúde e cesta básica aos trabalhadores.

Quanto à relação da greve com o reajuste das tarifas de ônibus, Goretti explicou que a questão está sub judice e que o movimento de greve não exercerá qualquer pressão sobre o andamento do processo. O representante das empresas ainda negou que o movimento grevista tenha sido uma iniciativa patronal para justificar a necessidade de aumento no preço da passagem.

O atual valor de R\$ 1,55, estipulado com base em planilhas de 2006, ampara-se em decisão judicial estabelecida no ano passado. A Astransp alega que dois reajustes salariais foram concedidos aos funcionários da categoria no período, e que o decreto que regulamenta o serviço permite que a cada alteração de salário uma reavaliação do preço da passagem seja requisitada.

SEM PRESSÃO

De acordo com a juíza da Vara da Fazenda Pública de Juiz de Fora, Ana Maria Jabour, os dois processos referentes ao serviço de trans-

porte coletivo da cidade que tramitavam na justiça — um que pedia a abertura imediata de licitação para a operação das linhas, e outro que discutia o valor das tarifas — foram conectados no final do ano passado, o que atrasou os procedimentos. Agora, o processo está em fase de aceitação dos peritos nomeados para analisar as planilhas tarifárias, enquanto Prefeitura de Juiz de Fora e Ministério Público Estadual (MPE), autor da ação, pedem audiência para tentativa de acordo para a fixação de tarifa provisória. A juíza garante que o movimento grevista não terá qualquer influência no processo.

— A greve não interfere no meu trabalho, não é assunto da minha competência. O processo continua correndo normalmente, com toda a atenção e zelo, para que o resultado seja o mais justo — enfatizou Ana Maria Jabour.

COMITÊ JÁ SE MOBILIZA

Ainda na tarde de on-

tem, dezessete entidades representativas de classes, entre sindicatos, estudantes e associações de bairro, se reuniram a fim de rearticular o Comitê Contra o Aumento das Passagens, formado em 2007.

Segundo o presidente do diretório local da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Péricles Lima, foram reunidos dados que comprovam que a tarifa atual estaria superfaturada e que, portanto, a necessidade do reajuste não justificaria o impasse nas negociações entre Sinttro e Astransp.

— Defendemos que a Prefeitura implante um sistema de transporte verdadeiramente público, e não coloque o serviço nas mãos de empresas privadas — afirma Péricles.

Ainda segundo o representante da CUT, caso a justiça venha a legitimar o aumento da tarifa, o movimento estará disposto a “mobilizar a população para o enfrentamento dessa afronta”.